

Entender a Rio+20: balanços e compromissos

Ladislau Dowbor¹

3 de setembro de 2012

Pontos de referência

Primeiro, se você se sente desiludido relativamente à Rio+20, você está em boa companhia. Mas eu prefiro a indignação ativa. A realidade é que os desafios são imensos. Por um lado, agravam-se os dramas do aquecimento global, da liquidação das florestas originais, da destruição da vida nos mares, da perda de solo agrícola, da redução da biodiversidade, do esgotamento de recursos naturais críticos, da contaminação da água. Por outro lado, temos um bilhão de pessoas que passam fome, destas 180 milhões são crianças, e destas entre 10 e 11 milhões morrem de inanição ou de não acesso a uma coisa tão prosaica como água limpa, ou seja, 30 mil por dia, dez torres gêmeas em termos de mortes por dia. Morrem no silêncio da pobreza, não rendem o mesmo espetáculo para a mídia. Não estamos matando, deixamos morrer. Um terço da humanidade ainda cozinha com lenha. Em pleno século XXI, com módulos fotografando Marte, 1,4 bilhão de pessoas ainda não têm sequer acesso à eletricidade. Já morreram 25 milhões de Aids, enquanto discutimos o valor das patentes e ameaçamos com retaliações os países que queiram produzir localmente o coquetel. A propriedade está acima da vida.

Isto num planeta que graças a tantas tecnologias é simplesmente farto. Produzimos no mundo 2 bilhões de toneladas só de grãos, o que equivale a 800 gramas por pessoa e por dia, sem falar de outros alimentos. Se dividirmos os 63 trilhões de dólares do PIB mundial pelos 7 bilhões de habitantes, são 6 mil reais por mês por família de quatro pessoas. Com o que produzimos poderíamos todos viver com paz e dignidade. E temos 737 grupos corporativos mundiais, 75% deles de intermediação financeira, que controlam 80% do sistema corporativo mundial, o que explica o número de bilionários. O divórcio entre os objetivos corporativos e as necessidades do planeta e da humanidade é cada vez maior. No conjunto, busca-se maximizar os lucros, ainda que o planeta entre em crise financeira e produtiva generalizada. A simplicidade do desafio, é que estamos acabando com o planeta para o benefício de uma minoria. *Houston, we have a problem.*

Em outros termos, há uma convergência de processos críticos, o ambiental, o social e o econômico. E o denominador comum dos três processos, é o problema da governança, de gestão da sociedade no sentido amplo. Sabemos administrar unidades, uma empresa, uma repartição pública, uma organização da sociedade civil. Estamos apenas aprendendo a articular o conjunto para o bem comum, e isto, gostemos ou não, é política. Enfrentamos problemas globais quando as estruturas políticas realmente existentes estão fragmentadas em 194 estados-nação. Ao tripé que aparentemente recolhe um razoável consenso – uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – precisamos por tanto hoje acrescentar o pilar da

¹ Ladislau Dowbor é professor titular da PUC-SP, e consultor de várias agências das Nações Unidas. Os seus textos estão disponíveis online no site <http://dowbor.org>, em *Creative Commons* (livre uso não comercial). O presente texto atualiza e expande, ao incorporar textos aprovados na Conferência, o texto preparatório anterior, elaborado antes do evento.

governança, os desagradáveis assuntos políticos, saber quem tomará as decisões, de onde virá o financiamento, como será realizado o seguimento e o controle.

A Rio-92 desenhou os desafios do tripé de maneira competente, com a Agenda 21 e as grandes convenções do clima e da biodiversidade. Sabemos sim para onde ir. A Rio+20 teve o desafios mais espinhoso de enfrentar o dilema da governança, da criação de estruturas político-institucionais que façam acontecer. Do ponto de vista do planeta, não é uma opção, é uma necessidade. Do ponto de vista dos resultados, vimos o profundo descompasso entre as necessidades e o progresso político.

Para nós que estamos comprometidos com a mudança, no entanto, não muda tanto assim. Contabilizamos as fragilidades, buscamos os pontos positivos, os estribos onde dá para se agarrar, e fazemos limonada com o limão que há. Não só por teimosia, mas porque sabemos que os processos críticos estão se agravando, e a questão não está no “se” serão tomadas as medidas, e sim no “quando”. Com a água pela barriga, ou quando estiver chegando às nossas gargantas. A tempo, de forma organizada e planejada, ou no caos da última hora. Com o agravamento dos processos planetários, estamos, como diz Ignacy Sachs, condenados a inovar.

Um ponto talvez insuficientemente levado em conta, em particular para os que tinham esperanças muito elevadas sobre a Conferência, é o contexto. Os Estados Unidos se debatem no “*stalemate*” de impotência política, com forte erosão dos processos democráticos, impotência agravada pela crise financeira. A Europa também se debate em profunda crise financeira e de identidade. As Nações Unidas sofreram nos últimos uma redução do seu espaço real de intervenção. De certa maneira, a Conferência se deu num contexto de desagregação muito ampla da capacidade de governança, em particular por parte do mundo rico que dirigia os nossos rumos. Os sistemas de intermediação financeira, essenciais para a canalização de recursos para as prioridades do planeta, debatem-se no pantanal de fraudes, alavancagens irresponsáveis, desvios ilegais através dos paraísos fiscais, manipulação dos dados e outros comportamentos entre irresponsáveis e criminosos. O mundo, e particularmente o mundo dos ricos, não está realmente preocupado com os dramas ambientais e sociais, com o longo prazo e a visão sistêmica.

A presente nota tem apenas a pretensão de fazer o ponto da situação, apresentar algumas oportunidades, e antes de tudo de sistematizar algumas das tomadas de posição, textos oficiais ou não, uma forma prática de facilitar a vida de quem está buscando se situar e definir leituras.

Sistematização dos desafios

No geral mesmo, a leitura básica me parece ser o curiosamente chamado *Plano B 4.0* de Lester Brown, disponível online e gratuitamente, em português, veja <http://dowbor.org/2010/02/plano-b-4-0-mobilizing-to-save-civilization-2.html/>. Trata-se essencialmente de um roteiro que apresenta de maneira simples cada um dos principais desafios, as medidas necessárias, os seus custos e factibilidade. O subtítulo do livro diz a que vem: *Mobilização para salvar a civilização*. Como Lester Brown atualiza constantemente os seus textos, estamos na crista da onda. Para quem maneja o inglês, aliás, vale a pena ler o seu pequeno estudo chamado *World on the Edge: how to prevent environmental and economic colapse*, leitura curta e genial que caracteriza a nossa crise civilizatória.

Na linha ainda das visões gerais, uma belíssima consulta online é o *Keeping Track of our Changing Environment: from Rio to Rio+20 (1992-2012)*, também chamado Geo-5, publicado pelo PNUMA, que apresenta em gráficos muito didáticos, com curtos comentários, tudo que há de novo desde 1992: população, urbanização, alimentos, gênero, PIB, extração de recursos naturais, emissões, mudança climática, florestas, água, governança, agricultura, pesca, energia, indústria, tecnologia. Um instrumento de trabalho realmente de primeira linha em termos de dados básicos de como tem evoluído a situação do planeta nos últimos 20 anos. www.unep.org/geo/pdfs/keeping_track.pdf

No plano da análise em profundidade dos mecanismos, uma excelente leitura me parece ser o relatório encomendado pelas Nações Unidas, *Building a Sustainable and Desirable Economy-in-society-in-nature*, estudo que reuniu vários dos melhores especialistas do mundo, como Gar Alperovitz, Herman Daly, Juliet Schor, Tim Jackson e outros. O estudo encara efetivamente os principais mecanismos econômicos que temos de transformar: “Vamos precisar de uma ciência econômica que respeite os limites do planeta, que reconheça a dependência do bem estar do ser humano das relações e correção sociais, e que reconheça que o objetivo final é um bem estar humano real e sustentável, não apenas o crescimento do consumo material. Esta nova ciência econômica reconhece que a economia está situada numa sociedade e cultura que estão elas mesmas situadas no sistema ecológico de suporte da vida, e que a economia não pode crescer para sempre neste planeta limitado.” (iv) <http://bit.ly/ICWAf9>

O futuro que queremos

Há naturalmente também os documentos oficiais. Podem deixar-nos irritados pelas insuficiências ou timidez, mas de toda forma são leituras necessárias. No plano geral, está o documento base aprovado na Rio+20, o chamado *The Future we Want*, (O Futuro que Queremos) disponível em várias línguas (em espanhol em particular) no site: <http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>. Com 39 páginas e 283 artigos, apesar da fragilidade geral, assegura orientações importantes, abre espaços para batalhar transformações. Acho que foi o “mínimo denominador comum” possível de ser alcançado entre os 188 países signatários. Está centrado, como se sabe, “na busca da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.” Afirma também “a nossa decisão de fortalecer o marco institucional do desenvolvimento sustentável”. e apresenta 26 grandes desafios (segurança alimentar, água, energia, cidades, etc.) É um importante instrumento de construção de consensos. Como há fortes debates sobre o que significa “economia verde”, é útil lembrar a definição do PNUMA: trata-se de um desenvolvimento que resulta em “improved human well-being and social equity, while significantly reducing environmental risks and ecological scarcities”, portanto bem-estar humano, equidade social, redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica. Como a definição é abrangente, aqui também me parece que o problema não está no ‘verde’, e sim no ‘como’ se atinge os objetivos, na linha da cosmética corporativa ou das mudanças substantivas. As questões relevantes não são semânticas.

Passada a frustração, buscamos as oportunidades. O documento aprovado, fraco nas obrigações e na implementação, é no entanto forte na visão. “A erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo hoje enfrenta, e um requisito indispensável do desenvolvimento sustentável. Neste sentido estamos comprometidos em liberar a humanidade da pobreza e da fome como uma questão de urgência.”(art.2) “Tomamos a

resolução de assegurar medidas concretas para acelerar a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável”(art.18). Encorajar as empresas a “incluir a informação sobre a sua sustentabilidade nos seus ciclos de relatórios” (art.47), recomendação importante que abre a possibilidade de estender as exigências de transparência ao mundo corporativo.

A economia verde ganha uma definição ampla, em 17 pontos, incluindo transferência de tecnologia, empoderamento das comunidades, promoção das populações indígenas, soluções diversificadas segundo os países e assim por diante.(art.58) “Reconhecemos o poder das tecnologias da comunicação, inclusive tecnologias da conectividade e aplicações inovadoras para promover o intercâmbio de conhecimento”, ponto chave na promoção do acesso universal ao conhecimento. (art. 65) O sistema das Nações Unidas deverá assegurar um papel de articulador de políticas.(art.66) Realça-se “o papel das cooperativas e das microempresas na contribuição para a inclusão social e redução da pobreza, em particular nos países em desenvolvimento” (art.70) Para o acesso ao conhecimento, vital para as mudanças, recomenda-se “promover, facilitar e financiar, de forma apropriada, o acesso e o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias ambientalmente corretas, bem como o know-how correspondente, em particular para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em termos de concessão e preferenciais” (art.73)

No plano essencial das instituições, os artigos 76 e 79 sistematizam as propostas de governança da sustentabilidade, em particular a articulação dos diversos níveis territoriais, assegurando um processo participativo e confirmando a importância dos poderes locais. O artigo 84 comunica a decisão de formar um “fórum político universal intergovernamental de alto nível” que deverá assegurar o seguimento da implementação do desenvolvimento sustentável. As 12 funções do fórum estão detalhadas no artigo 85. No artigo 88 é decidido o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com detalhamento das mudanças. O papel do Global Environmental Outlook (GEO) é referenciado como instrumento de seguimento. O art. 92 “reafirma a importância de ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento no processo internacional de tomada de decisão e definição de normas”, envolvendo “a estrutura de governança, cotas e direitos de voto nas instituições de Bretton Woods”.

No plano da gestão, o artigo 101 “sublinha a necessidade de uma processo decisório de planejamento integrado e coerente nos níveis nacional, subnacional e local”, organizando a participação dos atores interessados (multi-stakeholder bodies and processes). O artigo 104 se refere à fixação e objetivos, metas e indicadores correspondentes. Os artigos 109 se refere à necessidade de assegurar o acesso aos sistemas adequados de financiamento, terra, e o artigo 116 realça “a necessidade de atacar as raízes da volatilidade excessiva dos preços dos alimentos”, enquanto o artigo 117 reforça o papel do Agricultural Market Information system.

O resto do documento apresenta metas setoriais, como água, energia, erradicação a pobreza, transporte sustentável e semelhantes. O essencial para nós, é que o documento não cria obrigações explícitas para ninguém, mas abre espaços de pressão, brechas onde poderemos estar batalhando políticas. Porque ao fim e ao cabo, sabemos todos perfeitamente que os avanços dependerão da nossa capacidade de conscientizar mais pessoas e organizar mais pressão para que as coisas mudem. E neste plano, um dos impactos mais importantes da Rio+20, é que a discussão planetária gerada elevou fortemente o nível da compreensão geral dos desafios.

É muito útil ver, além do documento final da Conferência, o documento brasileiro, “minuta para consultas”, que apresenta os desafios do desenvolvimento sustentável, em 24 pontos, que envolvem tanto a erradicação da pobreza extrema e segurança alimentar, como equidade, papel do Estado, produção e consumo sustentáveis, até os temas tradicionais ambientais como água, energia, cidades e semelhantes. O conceito de economia verde é incluído como “economia verde inclusiva”. Segundo os autores, “com este importante ajuste conceitual, seria dado foco num ciclo de desenvolvimento sustentável com a incorporação de bilhões de pessoas à economia com consumo de bens e serviços em padrões sustentáveis e viáveis.”(p.26) O capítulo III apresenta propostas importantes no plano institucional, e o IV resume as “propostas do Brasil para a Rio+20”. No total são 37 páginas, ainda um elenco tentativo de propostas, mas que dá uma boa ideia do que está na mesa de discussões. O link é www.rio20.gov.br/documentos/contribuicao-brasileira-a-conferencia-rio-20/at_download/file

Os dois documentos acima se apoiaram bastante no texto elaborado pelo painel convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, o GSP (*Global Sustainability Panel*), chamado na versão em espanhol *Gente resiliente em um planeta resiliente: un futuro que vale la pena elegir*. Em 14 páginas, este documento dá conta do recado no sentido de valorizar os pontos-chave dos nossos desafios. Envolve a criação de um conselho global de desenvolvimento sustentável como marco institucional internacional, e dá particular importância à dimensão político-institucional: “O certo é que o desenvolvimento sustentável consiste fundamentalmente em que as pessoas tenham oportunidades para influir no seu futuro, exigir os seus direitos e expressar as suas preocupações. A governança democrática e o pleno respeito dos direitos humanos são requisitos indispensáveis para empoderar as pessoas e conseguir que façam opções sustentáveis. Os povos do mundo já não tolerarão que se continue a devastar o meio ambiente nem que persistam as desigualdades que ofendam o profundamente arraigado princípio universal da justiça social...Ao mesmo tempo, há que alentar as comunidades locais para que participem ativamente e de forma coerente na conceituação, planejamento e aplicação de políticas de sustentabilidade. Para isto é fundamental incluir os jovens na sociedade, na política e na economia”. O resumo executivo em espanhol está em <http://www.un.org/gsp/sites/default/files/attachments/Overview%20-%20Spanish.pdf>

Os compromissos dos agentes envolvidos

Se a declaração do documento central da Rio+20, *O Futuro que Queremos*, é abrangente nos tópicos mas frágil em termos de compromissos, o mesmo não acontece com as numerosas tomadas de posição dos mais variados atores envolvidos. Na realidade, enquanto as nações encontram grandes dificuldades em traçar prioridades e comprometer o conjunto dos seus agentes económicos e sociais, - e com maior razão o sistema internacional – no plano concreto de cada cidade, empresa ou organização da sociedade civil os compromissos podem ser assumidos e cumpridos com mais facilidade. De certa forma, é bastante compreensível que os agentes concretos da sociedade sejam mais objetivos nas suas propostas.

As cidades, e os poderes locais em geral, desempenham um papel particularmente importante. Podem simplesmente fazer a lição de casa, sem esperar as grandes resoluções planetárias. Os documentos que surgiram com o grupo C40, que reuniu 58 das principais cidades do mundo, são neste sentido uma inspiração. Com a rápida

urbanização generalizada do planeta, e em particular com a situação brasileira em que a população urbana já representa 84% da população total, o espaço das políticas locais torna-se cada vez mais significativo. http://www.c40cities.org/media/press_releases/mayors-of-the-world's-largest-cities-demonstrate-progress-in-greenhouse-gas-reductions-and-launch-two-new-initiatives

Grandes corporações de intermediação financeira decidiram também assumir compromissos, no quadro do *The Natural Capital Declaration*. “Até o presente”, reconhece candidamente a declaração, “muitas instituições financeiras não entendem, contabilizam nem valorizam suficientemente os riscos e oportunidades relativas ao capital natural nos seus produtos e serviços financeiros (empréstimos, investimentos e produtos de seguro) e nas suas cadeias de oferta”. O setor pretende “normalizar a medida e informação sobre (disclosure) o uso do capital natural pelo setor privado”. http://www.unepfi.org/fileadmin/documents/Natural_Capital_Declaration.pdf

As iniciativas são numerosas. A revista *Página 22* traz um elenco dos documentos e declarações assinadas “além do Riocentro”: a Iniciativa de Contratação Pública Sustentável Internacional se compromete com critérios de compras públicas, forma importante de dinamizar o consumo sustentável; o Índice de Riqueza Inclusiva amplia o sistema de contas para além do PIB; o Princípio de Seguro Sustentável é o compromisso de 27 empresas seguradoras com a sustentabilidade (esta área, pouco presente nas nossas análises, maneja imensos recursos. Vejam em <http://pagina22.com.br/index.php/2012/07/alem-do-riocentro/>

De certa maneira, com a ampla maré de discussões que se generalizou no planeta, houve forte avanço da consciência ambiental e social, levando a que cada empresa, administração pública, sindicato, universidade, escola, ONG, grupo cultural passem a ver as suas atividades de modo diferente. Este impacto difuso é fundamental, pois acreditamos que só quando se fortalecer bastante o movimento na base da sociedade, é que haverá suficiente força política nas esferas superiores, governos, organizações multilaterais e corporações mundiais.

Os manifestos

Em outro plano de documentos, há o que poderíamos chamar de manifestos éticos. Particularmente interessante é o manifesto de março 2012, assinado por 2800 cientistas reunidos em Londres, no quadro da conferência *Planet Under Pressure: new knowledge towards solutions*. O documento de 4 páginas apenas, *State of the Planet Declaration*, é duro e direto: “As pesquisas agora demonstram que o funcionamento contínuo do sistema Terra tal como tem dado suporte ao bem estar da civilização humana nos séculos recentes está em risco. Na ausência de ação urgente, poderemos fazer face a ameaças à água, alimento, biodiversidade e outros recursos críticos. Estas ameaças colocam o risco de crises econômicas, ecológicas e sociais cada vez mais intensas, criando o potencial para uma emergência humanitária em escala global.” Segundo os autores, “o desafio que define a nossa era é a salvaguarda dos processos naturais da Terra para assegurar o bem estar da civilização com erradicação da pobreza, redução de conflitos por recursos, e suporte à saúde humana e do ecossistema. Com o consumo se acelerando por toda parte e o aumento da população mundial, já não é suficiente trabalhar com um ideal distante de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade global tem de tonar-se o fundamento da sociedade.” Trata-se aqui de um grito de urgência, que aponta para o que é talvez o nosso maior drama: o hiato entre a compreensão científica dos desafios que vivemos, e o pouco que é apreendido pelas

populações em geral, submetidas a informações banais e a um martelar publicitário sem sentido. “Porque a vida é agora”, repete a propaganda de um grupo financeiro, como se não houvesse amanhã. <http://dowbor.org/2012/04/declaracao-de-2800-cientistas-sobre-a-situacao-do-planeta.html/>

Neste campo das tomadas de posição ética, é preciso mencionar também um folheto publicado por Stéphane Hessel, francês de 93 anos, intitulado *Indignez-vous*, indignai-vos (publicado em inglês como *A Time for Outrage*). Um herói da resistência ao nazismo, traz com força a denúncia dos absurdos das corporações financeiras, dos sistemas fiscais que privilegiam os ricos, e trazendo apoio a todas as manifestações atuais de indignação, seja nos países árabes ou na Europa e nos Estados Unidos. Texto simples e eloquente, uma denúncia dos absurdos, e um apelo ao bom senso e à revolta. O folheto vendeu em poucos meses mais de 4 milhões de exemplares, e apesar da visão parcialmente centrada na França, tem um apelo universal. A notar também um livrinho de 60 páginas de Stéphane Hessel e de Edgar Morin, *Le chemin de l'espérance*, (o caminho da esperança), clamando por uma “consciência do momento dramático que vivemos para a espécie humana, dos seus ricos e perigos, mas também das suas chances”. As propostas são “por uma política de civilização”. Os dois textos mencionados são de 2011, e poderíamos ainda acrescentar o recente livro *La Voie* (o caminho) de Edgar Morin.

Como apelo universal à ética da sustentabilidade, podemos também incluir o “Chamado aos governos”, uma convocação para se elaborar uma Carta de Responsabilidades Universais na Rio+20, como complemento à Declaração Universal dos Direitos Humanos. É apresentado no Fórum Internacional da Ética e Responsabilidade, www.ethica-respons.net, vejam em particular a proposta em português em www.ethica-respons.net/IMG/doc/proposta-para-uma-carta-das-responsabilidades-universais.doc . O chamado, de 5 páginas, é assinado por inúmeras instituições e personalidades. O contato para apoio é edith.sizoo@lc-ingeniris.com

E incluiria também neste grupo o excelente ensaio de Leonardo Boff, *Sustentabilidade: o que é – o que não é*, publicado em fins de 2011 pela editora Vozes. É uma visão fortemente centrada em valores humanos, a busca do que Paulo Freire chamava de uma “sociedade menos malvada”. “O pior que podemos fazer é não fazer nada e deixar que as coisas prolonguem seu curso perigoso. As transformações necessárias devem apontar para outro paradigma de relação para com a Terra e a natureza e para a invenção de modos de produção e consumo mais benignos. Isso implica inaugurar um novo patamar de civilização, mais amante da vida, mais ecoamigável e mais respeitoso, dos ritmos, das capacidades e dos limites da natureza. Não dispomos de muito tempo para agir. Nem muita sabedoria e vontade de articulação entre todos para enfrentar o risco comum”. www.leonardoboff.com ou <http://vozes.com.br>;

A questão chave do poder financeiro

Aparentemente sem conexão com a Rio+20, mas que a meu ver tem muito a ver, é a pesquisa do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica – ETH na sigla em alemão – sobre o poder global de controle das corporações. No essencial, como mencionamos acima, a pesquisa do ETH mostrou que 737 corporações, controlam 80% do sistema corporativo mundial, e nestas um núcleo duro de 147 controla 40% do total, 75% delas corporações financeiras. Na sua quase totalidade são americanas e europeias. Temos por

tanto uma visão radicalmente nova do poder corporativo mundial. Note-se que o PIB mundial é da ordem de 63 trilhões de dólares, enquanto os derivativos emitidos (*outstanding derivatives*), papéis que dão direito a outros papéis, juros sobre juros – na prática especulação financeira – atingem 600 trilhões de dólares segundo o BIS de Basileia. São papéis com pouco lastro, a procura de liquidez, o que gerou as imensas transferências de governos para bancos privados, o que por sua vez gera grande parte dos cortes em políticas sociais e ambientais do mundo rico. Para facilitar a vida de não-economistas, fizemos uma resenha com as principais conclusões, veja em <http://dowbor.org/2012/02/a-rede-do-poder-corporativo-mundial-7.html/>, são 10 páginas. A pesquisa do ETH foi publicada em outubro de 2011. É importante entender em que contexto econômico e financeiro mundial se dá a Rio+20. Um planeta sustentável com paraísos fiscais e com sistemas especulativos descontrolados sobre commodities, além dos financiamentos irresponsáveis que inundam o mundo de armas sem controle, francamente...

Neste plano, e entrando em defensiva, um conjunto de corporações financeiras lançou a *The Natural Capital Declaration*, na linha de “finanças inovadoras para a sustentabilidade”. O documento, de 3 páginas, constitui uma importante declaração de princípios “demonstrando nosso compromisso na Rio+20 de trabalharmos para integrar considerações sobre o capital natural nos nossos produtos e serviços financeiros para o século 21”. Comove sem dúvida, e naturalmente esqueceram a dimensão social, e o fato de estarem servindo mais especulação e apropriação de recursos públicos do que fomento produtivo, mas é uma tendência interessante. Está disponível online em <http://bit.ly/Ju2j2j>

No mesmo plano, e já com iniciativas realmente sérias, Hazel Henderson conduz há tempos um exercício importante de seguimento e avaliação do comportamento ‘verde’ das instituições financeiras, em particular de investidores institucionais como os fundos de pensão. Trata-se de imensos recursos. O sistema de seguimento do *Green Transition Scoreboard 2012* mostra que nos últimos 5 anos estes fundos investiram 3,3 trilhões de dólares em energia renovável, tecnologias sustentáveis e semelhantes, com forte aumento de recursos a cada ano. Uma coisa são as motivações: claramente, estes fundos não estão sentindo pânico pela situação do planeta e dos pobres, e sim pela fragilidade dos papéis podres (*junk*) onde tradicionalmente realizavam aplicações. Financiar atividades ligadas à sustentabilidade aparece como uma alternativa cada vez mais viável em termos estritamente econômicos.

Moralismos a parte, a reorientação de fundos especulativos para financiar sustentabilidade é sim absolutamente indispensável para fechar a conta das transformações necessárias. De certa forma, o capitalismo controlado pelo mundo financeiro é extremamente poderoso, mas na medida em que se transformou em cassino instável e improdutivo, de grande visibilidade e rejeição planetária, pode ter nesta dimensão financeira o seu lado mais vulnerável. A realidade é que esses imensos recursos são necessários para uso adequado nas reconversões sociais, ambientais e econômicas que temos pela frente. O Green Transition Scoreboard, que faz o seguimento destas mudanças, é neste sentido muito útil, e o trabalho de Hazel Henderson sempre inspira confiança. O documento está disponível em <http://bit.ly/IGJMGU> ou colocando o nome no Google.

Coincidindo com a Conferência, foi publicado pela UNEP e outros o *Financial Stability and Systemic Risk*, excelente documento que apresenta as condições básicas para que o sistema financeiro se torne sustentável. Sustentável no sentido não de que se sustente (os seus acionistas e receptores de bônus vão bem obrigado), mas que cumpra o seu

papel de financiamento de um desenvolvimento sustentável. Cumpra lembrar que estas instituições, que trabalham com dinheiro nosso e não delas, recebem autorizações (carta patente) dos respectivos bancos centrais para funcionar. http://www.unepfi.org/fileadmin/documents/Lenses_Clocks_web.pdf

Textos propositivos

No plano mais diretamente propositivo para a Rio+20, temos de dar destaque aos trabalhos de Ignacy Sachs, em particular ao artigo *Os desafios da segunda Cúpula da Terra do Rio de Janeiro*, publicado no encarte de janeiro 2012 do *Le Monde Diplomatique Brasil*, <http://dowbor.org/2012/04/sustentabilidade-e-desenvolvimento-o-que-esperar-da-rio20.html/>. Sachs, veterano de Estocolmo 1972 e da Rio92, tem os pés bem firmes no chão. Considerando a fragilidade do sistema multilateral de decisões, dá uma importância central a que se aproveite a Rio+20 para traçar um roteiro concreto de planos nacionais de desenvolvimento sustentável, de fontes de financiamento (em particular a taxa Tobin), de sistemas de cooperação técnica por biomas (os semiáridos planetários, por exemplo, que enfrentam desafios muito semelhantes). Ou seja, a Conferência seria um ponto de partida para a construção de políticas nacionais, com sistemas diferenciados de cooperação e articulação com uma nova função das Nações Unidas. O texto de Sachs é o primeiro deste encarte, que apresenta 8 artigos de excelente qualidade, e dá uma visão geral dos desafios. O título geral do encarte é *Sustentabilidade e Desenvolvimento: o que esperar da Rio+20*.

Na mesma linha, um texto mais antigo nosso de 2010 continua plenamente atual, *Crises e Oportunidades em Tempos de Mudança*, de 21 páginas, fortemente centrado na convergência das crises, no resgate da dimensão pública do Estado e na capacidade de gestão pública. A parte propositiva, em 12 pontos, envolve o que nos pareceu como um programa mínimo para o resgate da racionalidade e equilíbrio do nosso desenvolvimento. É assinado conjuntamente por Ignacy Sachs, Carlos Lopes e Ladislau Dowbor. Uma versão bem humorada da parte propositiva pode ser encontrada no artigo “Os Dez Mandamentos – Edição Revista e Atualizada”, que traz mandamentos como Não Reduzirás o teu próximo à miséria e semelhantes. O artigo principal está em <http://dowbor.org/2010/01/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html/> e os dez mandamentos em <http://dowbor.org/2010/04/os-dez-mandamentos-edicao- revista-e-atualizada-abr.html/>, textos publicados também pelo Instituto Paulo Freire e no *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Para o caso específico do Brasil, um excelente pequeno documento é o “Acordo para o Desenvolvimento Sustentável”, elaborado no quadro do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e social), como contribuição para a Rio+20. Este pequeno documento sistematiza uma série de propostas de membros do Conselho, de numerosas organizações da sociedade civil, de acadêmicos, de especialistas como Ignacy Sachs, bem como de vários ministérios. É um documento particularmente equilibrado, centrado em grande parte na governança do processo. Acesse em <http://www.cdes.gov.br/documento/3169562/acordo-para-o-desenvolvimento-sustentavel-rio-20-102011.html>

Cumpra também mencionar o importante documento Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 elaborado pelo IBGE. Este balanço estatístico e analítico apresenta uma visão geral dos desafios, em quatro grandes capítulos, que focam a dimensão

econômica, social, ambiental e institucional. Este último ponto é importante, pois sem a parte institucional, que envolve as políticas destinadas a tomar as decisões na direção do desenvolvimento sustentável, pouca coisa pode acontecer. De certa forma, trata-se de trabalhar com os quatro pilares, e não mais apenas com o tripé, o que envolve mudanças no processo decisório concreto. No conjunto são 55 grupos de indicadores, com breve análise. Na Rio+20 será apresentado o IDS-2012, com 62 grupos de indicadores e um avanço significativo na parte ainda relativamente mais fraca que é a institucional. Queria aqui reforçar a importância de se recorrer a este documento, que nos traz os dados primários concretos, quando a discussão frequentemente tende a se referir a dados afetados por visões ideológicas.

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2010.shtm

Evidentemente não é o lugar aqui de entrar no conjunto das propostas setoriais, referentes ao clima, água, florestas, saúde, educação e assim por diante. Mas cabe aqui mencionar o livro de Ricardo Abramovay, *Muito além da Economia Verde*, cuja edição coincidiu com a Rio+20 e traz uma excelente discussão da sustentabilidade. Os textos que apresentamos acima ajudam sim na formação de uma visão de conjunto dos desafios e de a que vem a Rio+20 nas suas dimensões essenciais.

Um complemento apenas relativamente ao que me parece ainda serem as áreas mais fracas: neste mundo urbanizado, independentemente das grandes políticas planetárias e nacionais, há um imenso espaço para que cidades, individualmente ou em rede, façam a lição de casa. Apesar do significativo que foi o papel do grupo C40, ainda estamos longe de um sistema mais amplo de apoio às iniciativas locais. Esta é uma dinâmica em curso, envolvendo milhares de cidades pelo mundo afora, capaz de criar uma construção sustentável pela base. Em particular, nas cidades concretas pode-se demonstrar de forma prática que um outro desenvolvimento é possível e funciona, gerar parcerias, construir indicadores, dinamizar a participação.

Igualmente frágil é a área de contas que façam sentido. O PIB não só é tecnicamente frágil, como induz a uma visão deformada do progresso. Temos de contabilizar o que realmente conta. Lembro-me de ter visto em Johannesburgo na África do Sul, painéis em lugares públicos que em vez de veicularem mensagens publicitárias informavam a população local sobre a evolução de indicadores essenciais como a mortalidade infantil, conexões de esgotos, acesso à água e assim por diante. Precisamos passar a medir o que realmente importa. As declarações da Rio+20 oferecem um gancho, mas as aplicações continuam lentas.

Outro eixo a ser fortemente expandido, o da participação política, está bem resumido na nota de Laura Rival, da Universidade de Oxford, para o UNRISD: “Para que as pessoas possam exercer as suas capacidades políticas, precisam antes reconhecer-se como cidadãos, mais do que como beneficiários ou clientes. Adquirir os meios de participar demanda também processos de educação popular e de mobilização que possa reforçar as habilidades e a confiança de grupos marginalizados e excluídos, dando-lhes meios para se engajarem em arenas participativas.” <http://bit.ly/K6sAtw> Não há “bala de prata”

para assegurar a cidadania: envolve educação, inclusão produtiva, mídias democratizadas, acesso às tecnologias, segurança pessoal e assim por diante. É o desafio maior.